

O ensino médio na “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”: possibilidades e limites de uma política educacional

The high school na “Guaicuru School: living a new lesson”: possibilities and limits of an educational policy

Jorge Luis D'Ávila

Mestre e Doutorando em Educação PPGEduc/CCHS/UFMS.
E-mail: davilajorgeluis35@gmail.com.

Resumo

Este trabalho se insere na Linha de Pesquisa História Políticas e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem como objeto o financiamento do Ensino Médio no período de 1999 a 2006, quando o estado de Mato Grosso do Sul (MS) foi administrado por duas gestões consecutivas sob a hegemonia político-partidária do Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo foi compreender as possibilidades e limites da política educacional “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição” para o ensino médio no estado de Mato Grosso do Sul, bem como a análise dos empréstimos oriundos do convênio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O estudo utilizou como fontes a legislação em âmbito nacional e estadual, documentos produzidos pela Secretaria de Estado de Educação, documentos do convênio do Ministério da Educação e Cultura com o Banco Mundial que balizou o “Programa Expansão e Melhoria do Ensino Médio” (PROMED/Escola Jovem), Balanços Gerais de Contas de Governo produzidos pela Secretaria de Estado de Receita e Controle, Pareceres Técnicos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a literatura pertinente à temática. Constatamos que o estado de Mato Grosso do Sul, embora tivesse proposto no período, realizar uma política educacional contra-hegemônica, não conseguiu reverter historicamente os saldos de exclusão dessa etapa da educação básica brasileira.

Palavras-chave

Ensino Médio. Financiamento. Escola Guaicuru.

Abstract

This work inserts itself in the Line of History, Politics and Education Research in the Graduate Education Program at Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). Its object of study is the funding of high school education in the period of 1999 to 2006, when the state of Mato Grosso do Sul (MS) was ruled for two consecutive terms under the hegemony of the political party Workers Party (PT). The aim was to understand the possibilities and limits of educational policy “Guaicuru School: living a new lesson” to high school in the state of Mato Grosso do Sul and analysis of loans from the agreement of the Ministry of Education and Culture (MEC) with the Interamerican Development Bank (IDB). The study used as sources for legislation at the national and state documents produced by the State Department of Education, the covenant documents of the Ministry of Education and Culture with the World Bank that guided the

“Program Expansion and Improvement of Secondary Education (PROMED / Young School), the General Balance of Accounts produced by Government Office of State Revenue and Control, Technical Reports issued by the State Court of Auditors (TCE) and the literature relevant to the topic. We verify that the state of Mato Grosso do Sul, although he had proposed in the period, make a counter-hegemonic educational policy, it could not reverse the historical exclusion of sales of this stage of primary education in Brazil.

Key words

Financing. High School. School Guaicuru.

Introdução

Neste trabalho, apresentamos as discussões sobre as possibilidades e limites da política educacional “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição” para o ensino médio no estado de Mato Grosso do Sul, bem como a análise dos empréstimos oriundos do convênio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A política educacional implantada no estado de Mato Grosso do Sul na gestão do Governador José Orcílio Miranda dos Santos, “Zeca do PT”, um governo sob a hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT), por duas gestões consecutivas, de 1999 a 2006, foi pautada no Projeto “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”.

O compromisso mais importante dessa política foi a construção, junto à sociedade sul-mato-grossense, de uma escola pública que efetivasse a “democratização do acesso, a democratização da gestão, a permanência e progressão escolar do aluno e a qualidade social da educação” e, também, a valorização dos trabalhadores em educação.

As análises dos documentos produzidos pela Secretaria de Educação de Mato

Grosso do Sul (SED/MS) nos permitiram constatar que a administração pública estadual, no período em foco, pretendeu financiar a etapa final da educação básica brasileira utilizando apenas os recursos do Tesouro Estadual, eliminando qualquer possibilidade de parcerias com o MEC e com os órgãos internacionais. Para tanto, a gestão governamental de “Zeca de PT”, juntamente com o primeiro Secretário da pasta da Educação Pedro Kemp, pretendeu executar uma nova prática pedagógica, como o objetivo de radicalização da “democracia” na educação (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 9), e se assentava como um governo alternativo “[...] na disputa com os projetos neoliberais no campo educacional” (MATO GROSSO DO SUL, 2002, p. 13).

Porém, devido às políticas educacionais em curso nos anos de 1990, a SED/MS reviu sua posição em relação às parcerias firmadas bilateralmente com o MEC/BID. Nesse momento da história “[...] o recurso do BID era a única oportunidade de se conseguir condições materiais para se desenvolver um trabalho pedagógico para o ensino médio” (BRAZ, 2008, p. 116).

Destarte, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Escola Jovem (PROMED), implantado paralelamente ao

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, tornou-se uma importante fonte de financiamento para o ensino médio no estado de MS. Para Fernandes (2001), a parceria entre o BID/MEC e o estado de MS confirmou a preservação das relações institucionais com a União, fato que, tradicionalmente vem ocorrendo desde a criação do estado de MS em 1977. Para a autora, a implantação e operacionalização dos programas e projetos originários da esfera federal são vistos pela SED/MS como importantes mecanismos de cooperação, tanto técnica como financeira, que contribuem para a melhoria da política educacional estadual.

1 A Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição

A escolha do título da proposta educacional supracitada foi decorrente do “Movimento Guaicuru,” criado na década de 1980, por artistas plásticos liderados por Henrique Spengler de Melo. Esse grupo teve o intuito de promover uma discussão frente à sociedade sul-mato-grossense a respeito de sua “identidade cultural” e também preservar e homenagear a etnia Guaicuru que, para Spengler (1996 *apud* ALVES, 2008), é a nação símbolo da “resistência, autodeterminação e liberdade nativa Americana”. Um dos incentivadores desse movimento foi o deputado Pedro Kemp, secretário da pasta de educação do ano de 1999 a 2001. O referido deputado também participou da escolha do gentílico utilizado para identificar o povo

sul-mato-grossense, ou seja, os cidadãos que nascem no estado de MS são também conhecidos como “Guaicuru”.

Em relação a esse movimento, Alves (2008), no texto “Movimento Guaicuru e o Índio: ou uma visão romântica do passado sul-mato-grossense”, busca na totalidade histórica desse estado desvelar a concretude dos fatos que levaram Spengler a buscar, a partir do povo Guaicuru, a identidade cultural de MS. Para Alves (2008, p. 05)

[...] quando Spengler evoca ‘a espiritualidade ancestral’ e busca inspiração ‘nos Guaicuru, nação-símbolo da resistência, autodeterminação e liberdade nativa Americana’, faz tábula rasa do fato de que essa etnia nunca esboçou qualquer resistência à mudança de sua pretensa “identidade cultural” no século XVII, seu momento de apogeu. Se algo marcou o comportamento dos guaicuru, no passado, foi exatamente a permeabilidade demonstrada quando da incorporação voluntária das conquistas culturais do branco europeu. Só com esses recursos, sobretudo o cavalo e o emprego de metais na confecção de suas armas, os guaicuru conquistaram mobilidade e poderio militar para empreenderem o domínio do vasto Chaco pantaneiro, submetendo as demais etnias indígenas à sua autoridade.

A proposta educacional Guaicuru pretendeu implantar um trabalho metodológico diferenciado, no qual se discutiria a natureza histórica das produções humanas, recuperando assim a historicidade do conhecimento, fato que contribuiria para a superação do sistema social vigente. (MATO GROSSO DO SUL, 2000). Porém as contradições começam no próprio nome da política Guaicuru, pois

Ao mergulhar numa pretensa peculiaridade sul-mato-grossense, ela própria muito discutível, e fazer a ruptura de sua articulação com o universal, o discurso do Movimento Guaicuru realizou, tão somente, uma interpretação ideológica de escasso valor científico. Por não ver a singularidade sul-mato-grossense como manifestação do universal, realizou uma interpretação regionalista pouco adequada à revelação do que há de mais grandioso na história em Mato Grosso do Sul. (ALVES, 2008, p. 32).

Outra questão em relação à materialização da política educacional Guaicuru foi o fato de que ela se tornou a ação prioritária elaborada pelos “intelectuais”¹ à frente da Secretaria de Educação, que, no âmbito do Estado, são compreendidos como “[...] ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 1968, p. 11), ligados ao movimento dos professores, no período de 1999 a 2001. Sobretudo, as práticas pedagógicas realizadas por meio dos projetos como instrumento de aprendizagem foram utilizadas até o ano de 2006, apesar de muitos professores desconhecerem essa proposta (ARECO, 2008).

Nesse primeiro momento do projeto Guaicuru, compreendido de 1999 a 2001, foi promovido um debate que culminou na elaboração do Plano Estadual de

¹ [...] Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 1968, p. 07).

Educação de Mato Grosso do Sul para a Rede Estadual de Ensino, cujo debate ficou mais conhecido como “Constituinte Escolar”². Durante esse processo, o secretário de educação juntamente com sua equipe assumiu o compromisso de inovar as políticas que orientavam o momento educacional no país, rompendo com as diretrizes educacionais de governos passados que tradicionalmente foram marcados; cujo debate ficou mais conhecido como “Constituinte Escolar”³. Durante esse processo, o secretário de educação juntamente com sua equipe assumiu o compromisso de inovar as políticas que orientavam o momento educacional no país, rompendo com as diretrizes educacionais de governos passados que tradicionalmente foram marcados;

[...] por um modelo político e econômico de dominação [...] de amplos setores da população. O Brasil tem adiado o efetivo direito à educação de qualidade para todos, ou pela impossibilidade de acesso à escola ou pelo fenômeno do fracasso escolar, especialmente aos empobrecidos, aos

² Projeto que fez parte da Proposta Educacional Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição, com o objetivo de implantar, juntamente com os educadores e comunidade escolar, uma gestão democrática e participativa almejando iniciar uma transformação social. (ARANDA, 2004).

³ Projeto que fez parte da Proposta Educacional Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição, com o objetivo de implantar, juntamente com os educadores e comunidade escolar, uma gestão democrática e participativa almejando iniciar uma transformação social. (ARANDA, 2004).

precocemente inseridos no mundo do trabalho, às populações indígenas, aos filhos dos trabalhadores rurais e aos portadores de necessidades especiais. (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 11).

Para se alcançar tal intento, as principais estratégias da SED/MS foram a organização de estudos e debates referentes a currículo, processo de ensino e de aprendizagem, avaliação, formação do professor, funções da escola, gestão da escola, diversidade cultural, atuação do coordenador pedagógico e trabalho administrativo. As referidas ações tiveram como perspectiva teórica os princípios da Ciência da História⁴ na probabilidade de implantar uma filosofia educacional que tivesse como ponto de partida a compreensão crítica ao modo de produção capitalista. Dessa maneira, estabeleceu uma discussão que tinha como eixo central a relação existente entre capital e trabalho assalariado, permitindo assim, identificar os princípios da obtenção do lucro que são acumulados pela exploração do trabalhador (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

Nessa conjuntura, o currículo do ensino médio organizou-se de maneira

que tratasse essa etapa do ensino básico como um campo de luta, na possibilidade da construção de uma nova ética em que, por meio da educação, teria início o processo de superação da sociedade capitalista. (MATO GROSSO DO SUL, 2000). A proposta dava um novo significado para o termo “cidadania” apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); em vez de o cidadão ser formado, ser preparado para adaptar-se à sociedade de modo de produção capitalista, na proposta Guaicuru, o homem teria a possibilidade de:

[...] buscar e exercitar um novo jeito de viver consigo mesmo e com os outros, de se reconhecer enquanto participe ativo da história das civilizações, de forjar dentro de si novos valores, de acreditar no seu potencial de realizar a história por meios de atos solidários; de buscar desafios e superar dificuldades, preconceitos e, fundamentalmente, de conhecer as conquistas humanas e utilizá-las na direção de construir uma sociedade melhor. (MATO GROSSO DO SUL, 2002, p. 10).

De acordo com a proposta em análise, a superação das condições sociais vigentes seria feita por meio um processo de compreensão radical da natureza histórica do homem, de forma que ser radical “[...] é agarrar as coisas pela raiz e raiz para o homem é o próprio homem” (MARX, 1993, p. 86). Então, a Escola Guaicuru vislumbrou uma pedagogia radicada no homem e sua compreensão histórica, rompendo com o conservadorismo da sociedade. Nessa configuração, os documentos produzidos para

⁴ Ciência desenvolvida por Marx [...] feita não para os trabalhadores, mas com os trabalhadores. Uma ciência da história dinâmica dos reais produtores das riquezas das nações, que lhes fosse instrumental em sua luta revolucionária para implementar a utopia de uma sociedade sem classes nem Estado. Pois, [...] é na história dos seres humanos reais que se dão os mecanismos de opressão e é também na história que estão os instrumentos e os agentes de libertação social (MARX; ENGELS, 2006, p. 24-25).

o ensino médio rejeitaram os conceitos de “habilidade e competência” propostos pelos PCNs, por entender que esses conceitos estão voltados “[...] para a emulação da individualidade para a adaptabilidade às exigências imediatas do mercado de trabalho (MATO GROSSO DO SUL, 2002, p. 10).

Nesse mesmo viés, a Escola Guaicuru rejeitava também o conceito de “polivalência”, por entender que esse termo constitui a soma de competências tecnicistas que são desenvolvidas pelos setores industriais para enxugar o quadro de empregados. Se nas gerências de produção fordista e taylorista⁵ o trabalho era fragmentado, com a incorporação das ciências e tecnologias à produção, buscasse um trabalhador que tenha destreza, que seja capaz de realizar várias funções e que consiga transitar de um emprego a outro, devido à inexistência de estabilidade no trabalho. (MATO GROSSO DO SUL, 2002).

Estas foram as alternativas possíveis de uma proposta educacional que pretendeu romper com o ideário liberal, porém o que torna o discurso problemático é que a proposta Guaicuru se deparou com os limites do capital. O que vem reforçar os escritos de Mészáros (2005, p. 25)

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo

objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade com um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução.

Portanto, na perspectiva da Proposta Educacional do Governo do estado de MS, seria utopia considerar a hipótese de que a classe trabalhadora pudesse superar a “miséria capitalista” em que se encontra, pois

[...] os interesses e objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

Assim, para que seja feita uma transformação e inicie um novo tipo de sociabilidade, seria necessário, antes de tudo, assegurar a independência política do proletariado. Nessa visão, o ensino médio está longe de proporcionar qualquer tipo de ampliação de consciência capaz de transformar a sociedade, muito pelo contrário, a última etapa da educação básica brasileira é analisada como uma etapa desprovida de identidade própria (ZIBAS, 2000). E um dos motivos que deixam o ensino médio nessa condição são os poucos recursos destinados a essa etapa de ensino. Portanto a materialização das ações propostas pela “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, embora propondo fazer a crítica da “lógica do capital”, retomou a

⁵ “[...] se caracterizava por uma produção em série e em larga escala. Neste modelo, o trabalhador era considerado uma simples peça de uma imensa engrenagem, devendo executar praticamente a mesma tarefa durante todo o seu tempo de trabalho” (TONET, 1999, p. 01)

herança deixada pela administração anterior: aderindo principalmente aos recursos providos do MEC e do BID, como foi o caso do PROMED. Dessa maneira, voltamos a analisar a questão central deste trabalho, que é o financiamento do ensino médio.

2 O Programa de Melhoria e Expansão para o Ensino Médio (PROMED) em Mato Grosso do Sul

O PROMED teve como objetivo central apoiar os Estados brasileiros na implantação curricular e estrutural do ensino médio, fixando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e elaborando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Além disso, promover “a reforma e expansão do ensino médio, melhorando a qualidade das escolas e o grau de cobertura, obtendo com isso uma maior equidade, a fim de contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país”. O Programa elencou 03 objetivos específicos: “(a) aumentar a cobertura do ensino médio, principalmente a dos jovens em idade escolar; (b) reduzir a repetência e a evasão da escola; e (c) aumentar a aprendizagem dos alunos constatando por meio de provas e medição” (BRASIL, 2007).

Para tanto, foram firmados convênios com os estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Brasília. Dentre estes, a Diretoria de Assistência de Programas Especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

considerou, na avaliação do Programa, como experiências significativas os estados da Bahia, Acre, Tocantins, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo.

Escolhemos esses Estados por terem implementado ações de impacto na rede de ensino médio, como desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais da educação; melhoria significativa da infraestrutura escolar; ampliação da rede física; desenvolvimento de projetos juvenis; implantação de sistema de reordenamento da rede de escolas e de vídeo conferência com equipamento de última geração, afirma Cezar Steinhorst, coordenador do Promed. ‘Outro critério adotado para a escolha dos estados foi o excelente desempenho na execução das metas físico-financeiras apresentado ao longo dos seis anos do projeto’. (BRASIL, 2007, s/p.).

Ao considerar apenas as ações para o ensino médio desses estados, o MEC denuncia que a participação das demais unidades da federação não atingiu os objetivos do PROMED ou, se atingiram, não desenvolveram ações significativas para ampliar o atendimento à crescente demanda do ensino médio. Em relação aos objetivos do Programa, Rodrigues (2006) pondera que eles estão condizentes com o discurso neoliberal, intensificado nos anos de 1990, que identificou o Estado como um gestor ineficaz de recursos e que, por isso, necessitava ser reformado e modernizado deixando que o mercado se autorregulasse, e também adotou políticas e programas focalizados nas populações específicas primando pela diminuição das desigual-

dades sociais, sem que esses programas entrem em confronto com o processo de expansão do sistema capitalista.

Na visão de Rodrigues (2006), o PROMED foi uma política de financiamento que está dentro das estratégias do BID para reformar o setor público e dar atenção aos problemas sociais⁶, intensificados de acordo com Pochmann; Blanes e Amorim (2006, p. 48) a partir das políticas neoliberais que, [...] engendraram uma nova inserção econômica e promoveram alterações na forma de participação do Brasil na economia internacional.

Nessa ótica, o PROMED enfatizou a modernização dos sistemas educacionais nos estados brasileiros, atuando no melhoramento dos gastos e expandindo o sistema de educação “[...] para incorporar os mais jovens, em especial dos grupos menos favorecidos contribuindo para reduzir o nível de desigualdade social” (BRASIL, 2007). Porém, a partir do trabalho de Davies (2004), é possível estabelecer um contraponto em relação aos objetivos do

PROMED, esse convênio se explica pela relação entre o aumento do número de matrículas no ensino médio e os recursos financeiros para sua manutenção, o resultado dessa operação matemática tem sido negativo, pois o MEC não aloca recursos que garantam a expansão e melhoria da qualidade da última etapa do ensino básico.

Aliás, para Gomes e Morgado (2007), o ensino médio e a educação infantil são anexos do ensino fundamental, tronco da educação básica nas fontes de recursos. Tanto a estrutura física quanto os recursos humanos, para atender a crescente demanda do ensino médio, historicamente têm sido financiados pelos recursos que se destinam ao ensino fundamental. Destaca Rodrigues (2006) que essa situação vem se intensificando a partir das reformas educacionais brasileira na década de 1990. A pesquisadora aponta dois motivos para o fato citado. O primeiro ocorre devido ao “descompasso” existente entre o incremento da demanda social pelo acesso, pela permanência, e a “qualificação” do ensino médio sem que fossem eleitas políticas de financiamento para atingir esses objetivos. O segundo motivo está relacionado com a prioridade dada pelo governo brasileiro ao desenvolvimento do ensino fundamental.

Apreciações de Rodrigues (2006) a despeito da implantação do PROMED no estado do Rio Grande do Sul identificaram que o MEC e o BID acreditam que os investimentos na última etapa do ensino básico contribuem para formar o trabalhador que venha atender as mudanças do setor produtivo. Tais proposições estão

⁶ A abertura comercial e financeira dos anos de 1990 evidenciou o movimento de desestruturação do mercado de trabalho aumentando assim, [...] o desemprego aberto, o aumento de geração de ocupações mais precárias (conta própria, sem carteira e não-remunerado), redução da participação relativa dos empregos assalariados com registro no total das ocupações (desassalariamento formal) e aumento das ocupações nos segmentos não-organizados da economia (genericamente conhecido como setor informal). Em síntese, o país chegou ao período atual não tendo êxito na tarefa de garantir aos seus cidadãos um padrão de inserção social adequado (POCHMANN; BLANES; AMORIM, 2006, p. 48 – 49).

referendadas nos documentos do BID para o desenvolvimento do ensino médio “Las escuelas de secundaria em América Latina y Caribe y La transición al mundo del trabajo”, de Castro, Carnoy e Wolff (2000, s/p), que afirmam

A crescente interdependência dos mercados e o crescente conteúdo intelectual da produção requerem uma **força de trabalho com conhecimentos sólidos** de matemática, linguagem e comunicações, assim como também maior flexibilidade e criatividade, além de uma habilidade para trabalhar em cooperação com os demais. Neste novo meio ambiente, a educação secundária tem importância crítica para o êxito dos países. Para poder competir de forma efetiva, os países da América Latina e do Caribe devem enfrentar o desafio de preparar seus estudantes para a transição ao trabalho. (grifo nosso).

Está evidente, nos escritos do BID, a complacência com a teoria do capital humano⁷, no qual o investimento na

⁷ O conceito de “capital humano” reaparece nos anos de 1980 com as mesmas características assumidas nos anos de 1940 e 1950, divulgado no Brasil nos anos de 1960 através do livro de Theodore Schultz de 1962. Nessa teoria a educação é o motor das “etapas do crescimento econômico” e também, do atendimento aos planos de desenvolvimento social. Aplicar a palavra “capital” aos seres humanos, supondo que eles podem se transformar em “capital humano”, “[...] fere profundamente o humanismo que marcou o pensamento de esquerda no pós-guerra. O ser humano não poderia ser nunca visto como portador de capital em si mesmo; mesmo ainda ser ele mesmo, simultane-

educação do indivíduo seriam requisitos para aumentar a renda e impulsionar o país para o desenvolvimento econômico e social. Mas, seguindo o pensamento de Pochmann (2001), esse cenário apontado pelo BID/MEC de preparação para o mundo do trabalho reflete-se muito mais nas “mudações marcadas por mais insegurança e competição entre a classe trabalhadora” que, por meio da aquisição dos conhecimentos científicos e tecnológicos, estariam adquirindo requisitos profissionais fundamentais para ingressarem e principalmente permanecerem no mercado de trabalho. Para o autor, os investimentos na formação e treinamento do trabalhador é uma das alternativas possíveis de ação do Estado para conter o avanço do desemprego.

Então, o estado brasileiro, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) realizou a parceria com o BID, no qual surgiu o PROMED/Escola Jovem, esse convênio que resultou no empréstimo de 1 bilhão de dólares, divididos em duas parcelas iguais, uma no período de 2000 a 2002 e a outra de 2003 a 2005 e que foi compreendido por Rodrigues (2006) como de fundamental importância para dar sequência às reformas do ensino médio implantadas na década de 1990.

Na singularidade de MS, os documentos produzidos pela SED/MS mostram que a adesão ao PROMED teve início na

amente, capital (remunerado com salários) e força de trabalho comprada no mercado pelo verdadeiro capital” (PAIVA, 2001, p. 187).

gestão do então governador Wilson Barbosa Martins (PMDB), a partir do Contrato de Empréstimo nº 1052/OC-BR firmado em 24 de novembro de 1997 pelo MEC e pelo BID, esse empréstimo deu origem ao do Programa “Melhoria da Educação Profissional” (PROEP) (FERNADES, DÁVILA, 2009). Eis aí as raízes do PROMED que tinha como objetivo, segundo o MEC

[...] a ampliação do grau de cobertura do ensino médio, atendendo, em particular, aos jovens em idade escolar; reduzir os índices de reprovação e de abandono nessa etapa da escolaridade e garantir que os alunos adquiram as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e à participação no mundo do trabalho. O desenvolvimento das ações implementadas pelo Projeto Escola Jovem tem propiciado um notável desenvolvimento socioeconômico aos Estados, contribuindo para diminuir o índice de evasão escolar, fortalecendo as instituições, capacitando os docentes, melhorando a qualidade do ensino, reordenando e expandindo a rede física. (BRASIL, 2000, p. 02).

Importa destacar que a população de 15 a 17 anos, idade ideal para frequentar o ensino médio, do estado de MS no ano de 1999 era de 126.147 (BRASIL, 2000) passando, em 2006, para 144.695 (BRASIL, 2006), um aumento de 12%. Já as matrículas do ensino médio da rede estadual passaram de 42.169, em 1999, para 60.859, em 2006, um aumento de 44,32%. De fato, essas porcentagens mostram que, até o final do período compreendido de

1999 a 2006, a rede estadual de ensino foi responsável pelo atendimento de grande parte da população sul-mato-grossense que frequentou o ensino médio.

Constata-se que o aumento das matrículas do ensino médio foi inversamente proporcional ao aumento dos recursos que o estado de MS destinou para a aplicação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para esta etapa de ensino. Os valores destinados ao financiamento do ensino médio tornaram-se ínfimos quando comparados com o que se aplicou no ensino fundamental. Esse fato é confirmado quando avaliamos o percentual gasto no ensino médio em MS dos 25% para MDE. Aprecia-se que, no início da proposta “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, em 1999, o ensino médio foi contemplado com 0,04% de recursos, já no final do segundo mandato desse governo, em 2006, o ensino médio recebeu cerca de 11,9% de recursos. Esse aumento não se mostrou significativo, quando comparado ao que foi investido no ensino fundamental, devido à política de financiamento estipulado pelo FUNDEF.

Elencados os objetivos do PROMED, as verbas dos convênios firmados eram transferidos pelo MEC aos Estados, que, em contrapartida, deveriam aplicar recursos de suas próprias fontes. O montante de recursos transferido via convênio eram calculados para o repasse ao estado de acordo com as matrículas no ensino médio e também com a eficácia do sistema educacional estadual ao atendimento do ensino fundamental (BRASIL, 2000).

Com o propósito de reformar e expandir o ensino médio no estado de MS, a

Secretaria Estadual de Educação elaborou seu plano de trabalho, apresentando como diretrizes: fortalecimento institucional, qualidade social, comunicação e difusão, democratização do acesso, desenvolvimento curricular e racionalização e expansão da rede escolar e melhoria do atendimento (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p. 04).

Para a implantação dessas diretrizes, o plano de trabalho da Secretaria Estadual de Educação elaborou um orçamento para o ano de 1999, da ordem de R\$ 9.571.615,74 (nove milhões, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e quinze reais e setenta e quatro centavos).

Após a análise do plano de trabalho da Secretaria Estadual de Educação pelo MEC, o valor solicitado foi reduzido na ordem de 24,2%, passando a R\$ 7.257.979,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e novecentos e setenta e nove reais). Assim, a parceira BID/MEC aplicou R\$ 3.824.456,00 (três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais), e coube ao estado de MS aplicar R\$ 3.433.523,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e três mil e quinhentos e vinte três reais) (BRAZ, 2008).

Esses valores mostraram que o Estado aplicou 47,3% de recursos para a expansão do ensino médio, e não 50% como normatizava o contrato firmado com o BID/MEC. Essa situação demonstrou o não cumprimento por parte do Estado das normas estabelecidas pelo convênio.

Em 2000, a Secretaria Estadual de Educação novamente recorreu ao MEC, que deferiu seu Plano de Trabalho, mas o estado não conseguiu cumprir os prazos

estabelecidos pelo convênio, porque não efetivou os empenhos dos recursos em tempo hábil, inviabilizando a aplicação das verbas do convênio. Essa situação levou o Estado mais uma vez a solicitar prorrogação de prazo para cumprimento das metas do Programa.

Fernandes e D'Ávila (2009), a respeito da operacionalização do PROMED – Escola Jovem, no estado de MS, comprovaram que este não conseguiu organizar em tempo hábil sua contabilidade para cumprir sua parte das normas expressas em contrato, tônica essa seguida em todo período em que o Projeto esteve em vigor.

Ressalta-se que a SED/MS, no período de 1999 a 2006, foi administrada por quatro Secretários. Essa constante mudança no comando da pasta foi, possivelmente, a razão do pedido de nove Termos Aditivos⁸ ao Convênio, situação que sempre retardava a aplicação dos recursos no ensino médio (FERNANDES; D'ÁVILA, 2009).

Na segunda gestão do Executivo Estadual sob hegemonia do PT, de 2002 a 2006, assumiu a pasta da Secretaria Estadual de Educação o professor Hélio de Lima. Nessa gestão, a primeira ação realizada em relação ao andamento do PROMED foi a devolução de R\$ 43.976,90 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos), por não aplicar tais recursos no tempo devido. A explicação dada para esse fato seria a

⁸ Assinados até o ano de 2005, reprogramando o tempo de aplicação dos recursos financeiros, com prazo até julho de 2006, para encerramento e cumprimento das metas (BRAZ, 2008, p. 221).

necessidade de estudar e compreender as ações executadas pelas gestões anteriores, permitindo uma adequação com os objetivos do governo em seu novo mandato.

Para se ter ideia do montante de recursos devolvidos para o convênio em âmbito Federal, apresenta-se a tabela 01,

que demonstra a parte de recursos não aplicados pelo estado como sua contrapartida, contas essas denominadas pelo Estado de “devoluções”, ou como argumentou Braz (2008), de perdas de recursos para a educação, em especial para o ensino médio.

Tabela 01 - MS - Resumo dos recursos do PROMED – Escola Jovem e dos recursos da fonte estadual.

Recursos R\$		Despesas R\$	Devolução R\$	Não aplicação R\$
BID MEC	4.951.341,52	4.177.428,67	773.912,95	249.634,68
Estado	4.520.487,00	3.833.746,04		689.740,96
Total	9.471.828,52	8.011.174,71	773.912,95	934.875,64

Fonte: SED/MS.

Mesmo assim, em 2004, a Secretaria Estadual de Educação realizou um novo convênio com o BID/MEC num total de R\$ 2.305.490,00 (dois milhões, trezentos e cin-

co mil, quatrocentos e noventa reais), que foram investidos nas metas apresentadas na tabela 02:

Tabela 02 - Brasil - Convênio 025/2004/BID/MEC/ MS – Plano de aplicação

METAS	BID/MEC R\$	ESTADO R\$
1 Valorização dos Profissionais da Educação.	459.260,00	-
1.1 Capacitação dos docentes, coordenadores pedagógicos e assessores técnicos para o Ensino médio Noturno e Educação de Jovens e Adultos, etapa Ensino Médio – EJA.		
2 Racionalização e expansão da rede escolar e melhoria de atendimento.	180.900,00	1.324.000,00
2.1 Ampliação e reforma de 18 quadras poliesportivas;	341.330,00	
2.2 Aquisição de acervo bibliográfico para 270 escolas da rede escolar do Estado;		
2.3 Aquisição de material didático-pedagógico.		
TOTAL	981.490,00	1.324.000,00

Fonte: Convênio 025/2004/MEC/BID/MS

Conforme é possível observar na tabela 02, a SED/MS investiu grande parte dos recursos na meta denominada “Racionalização e expansão da rede escolar e melhoria de atendimento”. É importante considerar que o ensino médio no estado de MS, historicamente, vem sendo ofertado na mesma rede física que o ensino fundamental. De fato, a mesma escola que tem atendido o aluno do ensino fundamental, atende também o aluno do ensino médio. Essa constatação está explícita na ação 2.1 “ampliação e reforma de 18 quadras poliesportivas”, que recebeu um investimento na ordem de R\$ 1.504.900,00. (um milhão, quinhentos e quatro mil e novecentos reais). Esse montante comprova aquilo que Fernandes (2001) constatou em seus estudos que o atendimento da rede estadual tem atendido, no mesmo espaço físico, os ensinamentos fundamental e médio.

Ainda em relação aos dados apresentados na tabela 02, outra meta que ressaltamos é a ação 2.3 “aquisição de material pedagógico”, cujo financiamento deveu-se à construção dos “Referenciais Curriculares para o Ensino Médio” elaborado concomitantemente ao “Movimento Constituinte Escolar”⁹. Esse movimento findou-se em 2001, devido à exoneração do Secretário de Estado de Educação, Professor Pedro Cesar Gonçalves Kemp, pelo Governador José Orcírio Miranda dos Santos.

⁹ Processo desencadeado pela Secretaria Estadual de Educação em 1999, com o objetivo de “construir coletivamente com a rede estadual de ensino e a sociedade sul mato-grossense o Plano Estadual de Educação” (PERONI, 2004, p. 57).

Em setembro de 2001, assumiu a pasta da Secretaria de Educação do estado de MS o Professor Antônio Carlos Biffi, com outras prioridades para a política educacional, entre estas, a adesão total à política educacional em curso pelo Governo Federal (FERNANDES; D’ÁMLA, 2009). Tal fato ocorreu embora tivesse havido o compromisso do Governo do Estado com a continuidade do “Movimento Constituinte Escolar”, pois seu Secretário de Governo alegou na ocasião, que tal Movimento era um projeto estruturante do planejamento estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 01).

Não obstante, o Executivo Estadual decidiu, no ano de 2005, reduzir em 44,33% os valores do convênio firmado com o BID/MEC, ou seja, dos R\$ 7.257.979,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e novecentos e setenta e nove reais) iniciais passou para R\$ 4.041.504,00 (quatro milhões, quarenta e um mil e quinhentos e quatro reais). Essa medida, segundo a coordenadoria do ensino médio, foi necessária, pois havia muitas metas a serem cumpridas, e a lentidão nos processos licitatórios não permitiu ao estado aplicar os 100% da contrapartida. A devolução de recursos, porém, se fez presente também em 2006: a Secretaria Estadual de Educação, por não conseguir cumprir mais uma vez com as metas do Programa, devolveu o valor R\$ 25.164,11 (vinte e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e onze centavos) para o MEC.

Os recursos que foram utilizados no ensino médio, oriundos das fontes internacionais, ampliaram a dívida do estado para com o Governo Federal. Paradoxalmente

foram os recursos do PROMED – Escola Jovem que possibilitou ao Estado:

[...] investir no Ensino Médio para além da folha de pagamento. Para o trabalho da SED foi um recurso muito significativo, porque os recursos antes disponibilizados eram ínfimos e não possibilitavam o desenvolvimento de ações pedagógicas, encontros ou debates sobre a qualidade do ensino médio. No entanto, a efetividade de seus resultados em relação aos objetivos propostos é questionável, porque, conforme já se mencionou, as ações não foram contínuas, não houve acompanhamento, assim como não houve e não foi programado financiamento para a escola executar o Referencial Curricular proposto. Dessa forma, o PROMED/Escola Jovem mostrou-se dispendioso do ponto de vista de se ampliar a dívida do estado e pouco relevante do ponto de vista de seus resultados educacionais. O montante de recursos seria plenamente coberto se o estado de MS cumprisse o mínimo estabelecido na Constituição Federal, art. 212. Ganharia, assim, liberdade de planejar suas ações conforme suas reais necessidades para alcançar a universalização do ensino médio com qualidade (BRAZ, 2008, p. 232).

Dessa maneira, confirmou-se que o empréstimo do BID por meio do PROMED não instrumentalizou todas as escolas, e as metas como as de capacitação para professores, entre outras, não foram realizadas. É válido ressaltar que, em Mato Grosso do Sul, o ensino médio, de 1999 a 2006,

reproduziu a média nacional em termos de matrículas. Assim, o estado chegou a 2006, conforme dados do IBGE (BRASIL, 2006) e do INEP (BRASIL, 2008), em cada grupo de 100 jovens na faixa etária adequada, com apenas 36 deles matriculados no ensino médio.

Por fim, Fernandes e D'Ávila (2009) fizeram duas observações em seus estudos a respeito do PROMED no estado de MS: a primeira seria que o estado, embora se propusesse a reverter o histórico processo de “exclusão” no ensino médio por meio de sua democratização, reproduziu historicamente tal “exclusão” por meio do financiamento para MDE para essa etapa da educação básica; a segunda foi que a morosidade do estado em operar com os recursos do “PROMED – Escola Jovem”, reforçou o discurso conservador – presente no neoliberalismo – de que o Estado é incompetente e ineficaz para gerir recursos.

Considerações Finais

Desta feita, a proposta “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição” se defrontou com esta lógica, que a submeteu às complexas relações inerentes a sociedade capitalista. Mesmo pretendendo reverter a política educacional neoliberal encetada pelo Governo Federal para o sistema educacional, as contradições engendradas, social e economicamente, marcaram o limite da sua materialização (FERNANDES; D'ÁVILA, 2008).

Mesmo tendo herdado as determinações da política educacional do Governo

Federal e de outros governos estaduais, o estado de MS continuou, no período de 1999 a 2006, priorizando a municipalização, a descentralização, a política de fundos para o financiamento da MDE e a gestão gerencial de sistema e de escolas (FERNANDES; D'ÁVILA, 2008). A propósito, como esclarece Engels (1984, p. 229):

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Dessa forma, conclui-se que o “Governo Popular”, mesmo entendendo que a lógica do capital contribui, por meio da “exclusão”, [...] para ocultar dos cidadãos

a compreensão dos verdadeiros móveis que geram problemas como, por exemplo, a atual qualidade do conhecimento, a prostituição infantil, a proliferação da AIDS, a depredação do meio ambiente (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p. 10), a política pública para a educação “[...] foi um instrumento para projetar o tipo de homem de que uma determinada sociedade precisa” (OLIVEIRA, 2009, p. 127). Um indivíduo que atenda as exigências do mercado de trabalho e gere mais valia.

As aproximações com essas teses nos permitiram reconhecer que a última etapa da educação brasileira está longe de proporcionar qualquer tipo de ampliação de consciência capaz de transformar a sociedade. Muito pelo contrário, o ensino médio é analisado como uma etapa de ensino desprovido de identidade própria. Nem mesmo as reformas ocorridas nos finais dos anos de 1990 foram capazes de mudar esse cenário.

Referências

- ALVES, Gilberto Luiz. Índio e “identidade cultural” em Mato Grosso do Sul: o discurso do Movimento Guaicuru. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA: DIÁLOGO REGIONAL E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS, 2., 2008. Campo Grande, MS: UFMS, 2008. v. 1.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda. *A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999 a 2001): uma proposta de gestão democrática*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2004.
- ARECO, Sabrina Miranda. Política educacional do Estado de Mato Grosso do Sul: o Programa Escola Guaicuru. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED-CENTRO OESTE, 9., 2008, Taguatinga, DF. *Anais...* Brasília, DF: UNB, 2008. v. 1, p. 633-647.
- BANCO MUNDIAL. *Educação secundária no Brasil: chegou a hora mundial*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2000.

BRASIL Ministério da Educação. *Seminário do Promed: consolida final de projeto*, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/noticias-2007/938-seminario-do-promed-consolida-relatorio-final-de-projeto>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. Ministério da Educação. *Parecer 016/00: solicitação de celebração de convênio de investimento*, 2000.

_____. *Síntese de indicadores sociais* – IBGE/2000.

_____. *Demográfico e contagem* – IBGE/SIDRA/2006.

_____. INEP/MEC. *Sinopse estatística da Educação Básica 1999 a 2006*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 1º set. 2009.

BRAZ, Terezinha Pereira. *O financiamento do ensino médio da rede estadual de Mato Grosso do Sul (1996-2006)*. 2008. 307p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CASTRO, Claudio de Moura; CARNOY, Martin; WOLFF, Laurence. *Las escuelas de secundaria em América Latina y el Caribe y la transición al mundo del trabajo*. Washigton. D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2000. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1448766>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação e seus desafios. *Eccos. Revista Científica*, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 43-63, 2004.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984.

FERNANDES, Maria Diléia Espíndola. *Políticas públicas de educação: a gestão democrática na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (1991 a 1994)*. 2001. 166p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2001.

FERNANDES, Maria Diléia Espíndola; D'ÁVILA, Jorge Luís. A convivência entre a “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição” e o Programa “Expansão e Melhoria do Ensino Médio”. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO, 24.; CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO, 3., Vitória, 2009. *Anais...* Niterói/Vitória: ANPAE - UFES/CE/PPGE, 2009. v. 1. p. 228-229.

_____. A “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”: A relação entre gestão e o financiamento para o ensino médio. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED – Centro-Oeste, 14., Taguatinga, DF, *Anais...* ANPED, junho de 2008.

GOMES, Candido Alberto; MORGADO, P. Cristina Chaves Rodrigues. Financiamento do ensino médio: transparência ou opacidade? *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 15, p. 223-240, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Proposta de Educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul – 1999/2002. *Cadernos da Escola Guaicuru*, n. 1, Campo Grande, 1999. (Série Fundamentos Político-Pedagógicos)

_____. Secretaria de Estado de Educação. Perspectivas pedagógicas para o ensino médio. Proposta político-pedagógica: 1999/2002. *Caderno Escola Guaicuru*, Campo Grande, v. 2.1, 2002. (Série Fundamentos Político-Pedagógicos).

_____. Secretaria de Estado de Educação. *Caderno n. 11*. Gestão Democrática. Campo Grande, 2000. (Série Constituinte Escolar 3º momento).

_____. Secretaria de Estado de Educação. Programa Especial – Cursinho Popular. *Cadernos da Escola Guaicuru*, n. 6, Campo Grande, 2001. (Série Fundamentos Político-Pedagógicos).

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. O esporte pode tudo. In: MALINA, André; CESARIO, Sebastiana (Org.). *Esporte: fator de integração e inclusão social?* Campo Grande: UFMS, 2009.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de “capital humano”. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, jul. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 maio 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal. Perspectivas da gestão democrática da educação na elaboração de políticas públicas: a constituinte escolar de Mato Grosso do Sul. *Série Estudos*, Campo Grande, n. 18, p. 49-62, jul./dez. 2004.

POCHMANN, Marcio; BLANES, Denise; AMORIM, Ricardo. *Inclusão social uma utopia possível: impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Cortez, 2006.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Boitempo: São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Romir de Oliveira. *O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio no Rio Grande do Sul (1999 a 2002): a afirmação do público na construção das políticas educacionais*. 2006. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TONET, Ivo. Educação e concepções de sociedade. *Universidade e Sociedade* (ANDES), Brasília, n. 19, p. 35-53, 1999. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/universidadeesociedade.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.

ZIBAS, Dagmar. Políticas atuais para o ensino médio. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 111, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 abr. 2008.

Recebido em agosto de 2011

Aprovado para publicação em novembro de 2011